

Maio de 2017 – nº 493

Responsável: Diretoria Colegiada  
Secretaria de Tecnologia da Comunicação  
Diretor: João Carlos de Rosis



# Sindiluta

SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS, PLÁSTICOS, FARMACÊUTICOS E SIMILARES DE SÃO PAULO E REGIÃO

# GREVE GERAL

## 28 DE ABRIL

### O DIA EM QUE O BRASIL PAROU



São Paulo amanhece sem transporte e com o centro comercial vazio. À tarde manifestantes se reúnem no Largo da Batata, em Pinheiros, depois caminham até a casa de Temer

# 10 MAIO



Paulo Pinto/AGPT

*Doria tenta boicotar o 1º de Maio, mas é derrotado. Milhares se reúnem na Avenida Paulista para gritar "Fora, Temer" e defender os direitos dos trabalhadores*





## EDITORIAL

# Trabalhadores mostram garra na luta por direitos

Nós trabalhadores, estamos nas ruas lutando por direitos há muito tempo e, nos últimos dias, devido às investidas do governo contra a classe trabalhadora, a garra foi ainda maior. A greve do dia 28 de abril foi vitoriosa e o protesto do dia 1º de Maio, grandioso. O Sindicato dos Químicos esteve presente em atos nas regiões de Taboão da Serra, Santo Amaro, Lapa e São Miguel Paulista, com trabalhadores de importantes fábricas dessas regiões para lutar contra o desmonte da legislação trabalhista e contra a reforma da previdência. No tradicional ato do Dia do Trabalho, não foi diferente. O grito de “Fora, Temer” ecoou na Avenida Paulista e nós também estávamos lá, ao lado de muitos companheiros da categoria.

Não é de hoje que os empresários tentam responsabilizar a legislação trabalhista pela crise, propondo a flexibilização de direitos como a única alternativa para retomar o emprego e a competitividade econômica.

Esse discurso de flexibilização como sinônimo de modernização faz parte da agenda liberal desde a década de 1970, entretanto, no Brasil, ganhou impulso a partir da década de 1990, com o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Foram momentos difíceis para os trabalhadores,

com vários ataques a direitos duramente conquistados.

Já no início da década de 2000, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e os 12 anos seguidos de governo petista (Lula/Dilma), os assalariados perceberam, na prática, o que significava um governo popular. Houve ganho real em praticamente todas as negociações salariais, reajuste acima da inflação no salário mínimo, melhoria nos serviços de saúde e mais investimentos em educação e ações so-

**Governo quer reduzir os trabalhadores a um contingente de baixa remuneração com jornadas flexíveis**

ciais. As conquistas sindicais contribuíram para elevar os padrões salariais e os benefícios de setores mais estruturados da classe trabalhadora.

Entre 2003 e 2013, o crescimento médio do Brasil foi de 3,7% ao ano e foram gerados mais de 21 milhões de postos de trabalho formais. Porém, a partir de 2014, com a crise internacional instalada, o Brasil começou a sentir esses reflexos, intensificados pela crise

política interna, que foi acirrada pela disputa social entre capital e trabalho.

A direita, que representa os patrões (capital), conseguiu chegar ao poder e passou a defender os interesses da bancada patronal, que quer a todo custo ampliar a exploração do trabalho, em nome de um discurso “modernizador”. Modernizar para os patrões é sinônimo de retirar direitos.

O Projeto de Lei 6.787, encaminhado à Câmara Federal pelo Executivo em dezembro de 2016, que pretende alterar mais de 100 itens da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), é expressão de um governo que, além de ilegítimo, está completamente comprometido com os interesses do capital. O projeto está estruturado em torno de três pontos: a supremacia da livre negociação sobre a lei; a representação por local de trabalho com poderes para firmar acordos que possam flexibilizar direitos, incluindo a quitação de verbas trabalhistas; a contratação a tempo parcial e o trabalho temporário.

O objetivo deste governo é atingir aspectos centrais das relações de trabalho, ampliando as formas de contratação para além das formas contratuais existentes, flexibilizando jornadas e salários. Paralelamente a esse desmonte, o governo enfraquece sindicatos e acaba

com a Justiça do Trabalho, deixando o trabalhador completamente desprotegido.

Estamos travando uma luta árdua e diária na defesa dos di-

reitos da classe trabalhadora. Mais do que nunca, a união de todos é fundamental!

*Diretoria colegiada*



Sindicato lidera mobilizações na região da Lapa, em São Miguel e em Santo Amaro para defender os direitos dos trabalhadores



## Sindiluta

é uma publicação do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Químicas, Plásticas, Farmacêuticas, Cosméticas e Similares de São Paulo, Taboão da Serra, Embu, Embu-Guaçu e Caieiras

SEDE CENTRAL – Rua Tamandaré, 348 – 01525-000 – Liberdade – São Paulo – Tel.: 3209.3811

### SUBSEDES

Santo Amaro – Rua Ada Negri, 127 – Tel.: 5641.2228

Lapa – Rua John Harrison, 175 – Tel.: 3836.6228

São Miguel – Rua Arlindo Colaço, 32 – Tel.: 2297.0631

Taboão da Serra – Estr. Kizaemon Takeuti, 1.751 – Tel.: 4137.9237

Caieiras – Rua Bolívia, 56 – Centro – Tel.: 4605.4297

Embu-Guaçu – Praça Inácio Pires de Moraes, 7, sala 2 – Centro

Tels.: 4661.2589 / 4661.2168

DIRETORIA COLEGIADA – GESTÃO 2015/2019 – Adir Gomes Teixeira, Ailton Pereira Nunes, Alex Ricardo Fonseca, André Pereira Rodrigues, Andréa Rita de Cássia Silva, Antenor Eiji Nakamura (Kazu), Bartolomeu Barbosa Santiago, Carlos Eduardo de Brito, Carlos Gomes Batista (Carlinhos), Célia Alves dos Passos, Célia Maria Assis de Souza, Clarineide Ribeiro Dorea da Silva, Deusdete José das Virgens (Dedé), Edna Vasconcelos do Amaral, Edson Luiz Passoni, Elaine Alves Nascimento Blefari, Elizabeth Maria da Silva (Bete), Erasmo Carlos Isabel (Tucão), Fátima Fernandes Pereira Gonsalvina, Geralcino Santana Teixeira, Geraldo Guimarães, Hélio Rodrigues de Andrade, Hélio Alaeste Benício, João Carlos de Rosis, José Alves Neto, José Deves Santos da Silva, José dos Reis dos Santos Valadares, Leônidas Sampaio Ribeiro, Lourival Batista, Lucineide Varjão Soares (Lu), Luiz Pinheiro, Lutemburgue Nunes Ferreguete (Nunes), Maria Aparecida Araújo do Carmo (Cidinha), Nilson Mendes da Silva, Núbia Dyana Ferreira de Freitas, Osvaldo Bezerra (Pipoka), Regiane de Souza Machado Gomes, Renato Carvalho Zulato, Rosana Sousa Fernandes, Sílvia Maria de Souza, Sueli Souza Santos, Waldir de Moraes, Wladecir dos Santos

Jornalista responsável: Soraia Nigro de Lima (MTB 20.149) – Redação: Juliana Leuenroth – Revisão: Lúvia Bianchi – Diagramação e ilustrações: Paulo Monteiro de Araujo – Impressão: Gráfica Souza & Souza – Tiragem: 50.000





# 28 DE ABRIL

## O DIA EM QUE O BRASIL PAROU

*Há muito tempo não se via uma greve dessa magnitude no País. Com direitos em risco, trabalhadores se unem e param a produção*

O balanço das centrais sindicais fala em adesão de mais de 40 milhões de trabalhadores em todo o País. Os sistemas de transporte coletivo (ônibus e metrô) pararam em importantes capitais, nas escolas públicas e em muitas particulares não teve aula, os bancos não funcionaram e as fábricas de diversas categorias pararam a produção.

A greve foi organizada pela CUT (Central Única dos Trabalhadores) em conjunto com as demais centrais sindicais, que há muito não se uniam em torno de um único objetivo. “É um recado muito duro do povo brasileiro aos congressistas e ao governo golpista de Temer”, disse o secretário geral da CUT, Sérgio Nobre. “Desde o início, estávamos convencidos de que seria a maior greve da história do Brasil. E foi.” De acordo com Nobre, o alcance da paralisação nacional mostra o descontentamento da sociedade com as reformas trabalhista e da previdência.

A greve de 28 de abril superou muito as paralisações de 15 de março e surpreendeu o governo. As centrais esperam, com isso, sensibilizar senadores e deputados, que dependem do voto popular para se reelegerem.

Durante todo o dia ocor-

reram protestos em várias regiões da cidade. Sindicatos, trabalhadores e estudantes saíram às ruas para protestar. Algumas vias foram interditadas para a passagem de manifestantes e em alguns locais houve conflito com a polícia.

Em Goiás o estudante Mateus Ferreira da Silva, da UFG (Universidade Federal de Goiás) foi gravemente ferido e em São Paulo a sede do Sindicato dos Bancários foi invadida por policiais.

Vagner Freitas, presidente nacional da CUT, lembrou

que a greve geral foi destaque na imprensa de todo o mundo, enquanto aqui jornais e emissoras de televisão tentaram minimizar o fato.

O quadro abaixo mostra as principais manchetes no Brasil e no mundo. Nos Estados Unidos, na França e na Inglaterra,

as manchetes destacam governo escandaloso, greve histórica e greve geral, respectivamente. No Brasil, ao contrário, a greve é tratada como algo que atrapalha (os termos usados são bloqueio, afeta, atinge) e a conotação de confronto ganha destaque.



Eduardo Oliveira

**O Sindicato participa de manifestação em Santo Amaro e em outras regiões da cidade. No Centro, ruas e terminal de ônibus vazios**

Paulo Pinto/Fotos públicas



### PRINCIPAIS MANCHETES NO MUNDO

#### NEW YORK TIMES:

Greve contra o governo escandaloso de Michel Temer

LE MONDE: Greve histórica

BBC: Primeira greve geral em duas décadas

### NO BRASIL

O GLOBO: Temer lamenta bloqueios e reafirma que fará as reformas

O ESTADO DE S. PAULO:

Manifestação contra reformas afeta as grandes cidades e termina em violência

FOLHA DE S. PAULO:

Greve atinge transportes e escolas em dia de confronto

Paulo Pinto/Fotos públicas



# Novas greves e ocupação de Brasília para barrar reformas

As centrais sindicais se reúnem no mês de maio para discutir os próximos passos do movimento, cujo objetivo é barrar a aprovação das reformas trabalhista e previdenciária. As alternativas discutidas são uma marcha de 100 mil pessoas até a capital federal ou uma nova greve

geral. Cogita-se, ainda, a realização de ambas as ações.

Paralelamente os representantes dos trabalhadores vão tentar dialogar com o Congresso. Estão previstas conversas dos líderes sindicais com a bancada e com o líder do PMDB no Senado, senador Renan Calheiros

(PMDB), além do presidente da Casa, Eunício Oliveira (PMDB). “Parece que o Senado já entendeu que isso tudo é um atentado contra a classe trabalhadora. Se os senadores não ouvirem a opinião pública, morrerão abraçados com um governo que já acabou”, disse Vagner Freitas,

presidente nacional da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

O sindicalista lembrou a recente pesquisa do Vox Populi que detectou que mais de 70% das pessoas são contra as reformas promovidas pelo governo Temer. “É o presidente mais impopular da

história. Não tem legitimidade, nem credibilidade”, avaliou Freitas.

No último dia 30 de abril, outra pesquisa foi divulgada. Dessa vez o Datafolha apurou que 87% dos entrevistados reprovam a atuação do golpista, e 71% são contra a reforma da previdência.



# 1º DE MAIO DE LUTA

## contra reformas de Temer reúne milhares

*Trabalhadores realizam atos em todo o País. Em São Paulo, mais de 200 mil se reúnem na Paulista*

Nem mesmo o boicote do prefeito João Doria (PSDB), que tentou impedir a realização do 1º de Maio na Avenida Paulista, foi capaz de dispersar a multidão reunida no tradicional ato do Dia do Trabalhador, desta vez marcado por protestos contra as reformas propostas pelo governo de Michel Temer (PMDB).

A CUT (Central Única dos Trabalhadores), com a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil) e a Intersindical, reuniu mais de 200 mil participantes na Avenida Paulista, depois todos saíram em caminhada até a Praça da República, região central da cidade.

O prefeito Doria continuou seus ataques e proibiu o carro de som de acompanhar a caminhada, mas nem isso fez a multidão calar o “Fora, Temer”, que se ouviu em todos os cantos da cidade. Os discursos defenderam a antecipação das eleições gerais de 2018 para este ano. “Nada funciona no Brasil porque não há credibilidade”, disse o presidente



Paulo Pinto/AGPT

da CUT, Vagner Freitas.

Lideranças de diversos partidos políticos engrossaram o coro. “Além de retirar direitos, esse governo golpista vem aumentando a repressão contra os movimentos sociais”, acrescentou o presidente nacional do PT, Rui Falcão.

Na zona norte, na Praça Campo de Bagatelle, onde tradicionalmente ocorre o

ato da Força Sindical, de Paulo Pereira da Silva, o discurso não foi diferente. É importante lembrar que o Paulinho da Força foi um dos defensores do impeachment de Dilma Rousseff, mas também já percebeu que o atual governo é uma cilada para os trabalhadores.

Paulinho comentou o sucesso da greve geral do dia 28 de abril e deixou

um recado para Temer: “Se o governo não entendeu, vai ter mais!”.

Próximo dali, no sambódromo, a CSB (Central dos Sindicatos Brasileiros) também realizou seu protesto. O ato, também na região norte, teve mais críticas ao presidente Temer. “Essa reforma trabalhista vai acabar com os direitos históricos dos trabalha-

dores, com a Justiça do Trabalho e com o Ministério Público”, disse o presidente da Central, Antonio Neto.

Juntas, as centrais estimam ter reunido quase 1 milhão de pessoas em São Paulo. Há muito tempo não se via todas as centrais sindicais unidas por um único objetivo: barrar as reformas trabalhista e previdenciária.

## Prefeito mostra sua verdadeira face

No domingo, 30 de abril, ao receber flores de uma ciclista em homenagem aos mortos das marginais, o prefeito alfomadinha tirou a máscara e jogou as flores no chão, faltando com respeito aos ciclistas mortos e à moça que lhe entregou as flores. Posteriormente, numa entrevista, chamou as flores de “flores do mal”. Como assim, prefeito Doria, existem flores

do mal?

Na sexta, 28, chamou grevistas de vagabundos. Doria, que se intitula “João Trabalhador”, não sabe o que é a vida de um trabalhador que acorda às 4h ou 5h para pegar várias conduções e chegar ao trabalho a tempo de bater o cartão de ponto. Nas fábricas ou nos escritórios, o verdadeiro trabalhador encara

no mínimo oito horas de trabalho, muitas vezes em locais inadequados ou até mesmo insalubres, sob a pressão de chefes assediadores que não o respeitam nem como trabalhador nem como ser humano.



## Boicote de Doria fracassa

Depois de chamar os trabalhadores de vagabundos, por conta da greve do dia 28 de abril, o prefeito João Doria não se deu por vencido e tentou a todo custo acabar com a festa democrática dos trabalhadores, sem sucesso.

Ele espalhou notícias de que o evento estava cancelado, proi-

biu o estacionamento do carro de som no vão livre do Masp (Museu de Arte de São Paulo) pela manhã, conforme combinado, e impediu que o caminhão de som seguisse a caminhada até o Centro. Durante a caminhada, os sindicalistas tentaram uma negociação com a PM, mas a chave do veículo acabou confiscada.



Maio de 2017

Responsável: Diretoria Colegiada  
Secretaria de Tecnologia da Comunicação  
Diretor: João Carlos de Rosis



# Sindiluta

ESPECIAL  
REFORMA  
TRABALHISTA

SINDICATO DOS TRABALHADORES QUÍMICOS, PLÁSTICOS, FARMACÊUTICOS E SIMILARES DE SÃO PAULO E REGIÃO

# TEMER QUER O



# REFORMA

# DO TRABALHO

# DECENTE

## REFORMA ALTERA MAIS DE **100** ITENS DA CLT E DEIXA TRABALHADORES DESPROTEGIDOS

A reforma trabalhista que o governo Michel Temer (PMDB) quer aprovar visa o fim dos direitos dos trabalhadores. Como todos sabem, o atual presidente não foi eleito pelo povo e conseguiu subir ao poder graças ao apoio da bancada patronal, que agora cobra dele as tais “reformas” na legislação trabalhista.

A reforma proposta por seu governo altera mais de 100 itens da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), deixa os trabalhadores muito vulneráveis e desprotegidos, tira completamente o poder de negociação das mãos dos sindicatos e dificulta muito

as futuras ações trabalhistas.

Muitas das conquistas que os trabalhadores têm hoje são fruto da CLT, e outras tantas existem graças aos acordos coletivos de cada categoria. Nas negociações anuais, realizadas pelos sindicatos, discutem-se as especificidades de cada categoria, e muitos avanços no mundo do trabalho surgem a partir dessas negociações mediadas pelos respectivos sindicatos.

Uma das propostas do governo é a livre negociação entre patrões e empregados, em detrimento da lei e sem a participação do sindicato. Isso

significa dizer que, para o governo, os trabalhadores têm condições de sentar com os patrões para discutir o reajuste salarial, a jornada de trabalho e os problemas de segurança e saúde. “É uma insanidade acreditar que o trabalhador terá condições de negociar melhorias diretamente com os patrões. O trabalhador é o lado mais fraco e precisa de proteção”, avalia Elaine D’Ávila Coelho, assessora jurídica do Sindicato.

A proposta do governo Temer é duramente criticada por juristas e associações de juristas. Mais de 40 mil

magistrados uniram-se ao Ministério Público e formalizaram uma nota de repúdio. A nota reitera que essa reforma é na verdade o maior projeto de retirada de direitos trabalhistas já discutido no Congresso Nacional. Diz ainda que essa reforma cria e amplia formas de contratos de trabalho precários, com corte de direitos e remuneração, permitindo, inclusive, pagamento abaixo do salário mínimo mensal, o que colabora ainda mais para o aumento dos já elevados níveis de desemprego e de rotatividade no mercado de trabalho.

# Conheça alguns dos REFORMAS

## Objetivo do governo é acabar com o trabalho formal e

### JORNADA DE TRABALHO – O



projeto de reforma trabalhista apresenta várias possibilidades de negociar jornada de trabalho de forma individual, ou seja, diretamente entre empresa e empregado, sem o sindicato. Inclusive o banco de horas será possível, bem como mudanças nas jornadas atuais.

### JORNADA DE 12 X 36 – Uma



das modalidades será a jornada de até 12 horas seguidas, com 36 de descanso, mediante acordo individual. Além disso, na jornada 12 X 36, fixada em locais insalubres, não será necessária a autorização específica do Ministério do Trabalho. Atualmente existe uma regulamentação para o excesso de horas extras que exige comunicação à autoridade competente quando há uma “necessidade imperiosa”. Com a reforma, a empresa fica dispensada de qualquer comunicação legal e pode exigir o cumprimento das horas extras conforme a sua vontade.

### FÉRIAS – Será permitido o



parcelamento das férias em até três vezes. Hoje é permitido que o trabalhador divida o descanso em duas etapas em “casos excepcionais”, com no mínimo dez dias em um dos períodos; com a reforma, o trabalhador poderá tirar férias de cinco dias.

### EQUIPARAÇÃO SALARIAL –



Será ampliado de dois para quatro anos o tempo de serviço para que seja solicitada a equiparação salarial. Também muda a regra sobre a localidade do serviço prestado. Antes, trabalhadores de filiais diferentes poderiam pedir equiparação; agora, só será possível pedir equiparação salarial entre trabalhadores da mesma localidade.

### VERBAS RESCISÓRIAS – Em



caso de acordo com a empresa, o trabalhador abrirá mão de 50% do aviso prévio e da multa sobre o FGTS (Fundo de Garantia por Tempo

de Serviço). Nesse caso, ele só poderá ter acesso a 80% do seu Fundo e não terá direito ao seguro-desemprego.

### HOMOLOGAÇÃO – Atualmente,



qualquer trabalhador com mais de um ano de casa só pode ser homologado com a assistência do sindicato ou perante autoridade do Ministério do Trabalho, mas a reforma revoga essa obrigatoriedade. Ela propõe que o trabalhador homologue diretamente com a empresa, sem assistência jurídica. O relator inclui ainda a modalidade “quitação anual de obrigações trabalhistas”, isso significa que o empresário pode quitar a rescisão a cada ano com o trabalhador, ficando, com isso, livre de futuras ações trabalhistas.

### DEMISSÃO COLETIVA – O



projeto equipara as demissões individuais às coletivas e elimina a necessidade de negociação com os sindicatos e a possibilidade de pagamento de indenização pelas empresas, como vinha ocorrendo em

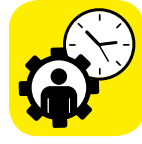
condenações na Justiça do Trabalho, nos casos de dispensas coletivas.

### GESTANTES E LACTANTES –



Passa a ser permitido que gestantes e lactantes trabalhem em local ou atividade insalubre, desde que apresentem atestado médico, exceto em atividades em grau máximo de insalubridade para a gestante.

### TEMPO À DISPOSIÇÃO – A



reforma acaba com o conceito de “tempo à disposição da empresa”. Hoje, o tempo superior a dez minutos que o trabalhador utiliza para se locomover da portaria da empresa até o seu local de trabalho é computado como jornada e deve ser pago como horas extras, mas, com essa nova redação, essas horas deixarão de ser pagas.

### ROUPAS – Um novo artigo



define que cabe às empresas decidirem o padrão da vestimenta no am-



# principais pontos da RABALHISTA

## liquidar com importantes direitos garantidos pela CLT

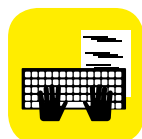
biente de trabalho, podendo, inclusive, acrescentar logomarcas da empresa ou de parceiras. Porém, a responsabilidade de higienização do uniforme é do trabalhador, “salvo nas hipóteses em que forem necessários procedimentos ou produtos diferentes dos utilizados para vestimentas de uso comum”.

**ULTRATIVIDADE** – Retira a manutenção dos direitos garantidos nas convenções e acordos coletivos após o término de sua vigência e enquanto não houver renovação em nova negociação. Isso ocorre quando uma categoria continua na luta por melhores salários e não chega a um acordo para a nova convenção. Até então, valia a ultratividade, ou seja, as garantias teriam validade até que novo acordo fosse firmado. Agora



o projeto proíbe até mesmo a negociação dessa garantia.

**TELETRABALHO** – Essa modalidade de trabalho é incluída como prestação de serviços e excluída das regras da CLT. Com isso, os trabalhadores ficam sem qualquer controle de jornada e de horas trabalhadas, sem direito, inclusive, às horas extras e sendo responsáveis por toda a estrutura de trabalho.



**TRABALHO INTERMITENTE** – Essa modalidade de trabalho é definida como aquela de prestação de serviços não contínua, ou seja, em alternância de períodos, determinados por horas, dias ou meses, e o trabalhador recebe somente pelo tempo em que estiver trabalhando. Por



exemplo, o garçom que trabalha no horário do almoço e do jantar: com a aprovação da nova lei, ele poderá ser contratado para trabalhar no período do almoço e ganhará por essas horas; se trabalhar no mesmo dia, à noite, ganhará só pelas horas trabalhadas. O intervalo entre as duas jornadas não será computado. Esse artigo legitima o “bico” e se estende a muitas modalidades de trabalho hoje protegidas pela lei.

**TERCEIRIZAÇÃO** – O projeto reforça a lei recentemente aprovada que permite a terceirização de forma irrestrita, em todas as atividades da empresa, além disso, a empresa que toma o serviço não poderá ser responsabilizada solidariamente na Justiça do Trabalho e, pior, o projeto permite a contratação de PJs



(pessoas jurídicas), autônomos, empresas individuais, associações, dentre outras formas.

**TRABALHO TEMPORÁRIO** – Será ampliado o prazo permitido de contratação de trabalho temporário de 90 para 270 dias.



**CONVENÇÕES COLETIVAS** – Hoje a lei garante aos trabalhadores a prevalência do texto das convenções coletivas (por categorias) quando mais favorável do que os acordos realizados por empresas. Porém, com a nova redação isso acaba. As novas regras estipulam que o acordo por empresa valerá mais do que a convenção da categoria profissional, o que possibilitará às empresas pressionar e rebaixar direitos trabalhistas.



## Negociações valerão mais que a legislação

O discurso do governo Michel Temer e da bancada conservadora do Congresso, formada basicamente por empresários, é o de que a livre negociação é benéfica e deve se sobrepor à lei, ou seja, extinguem o princípio da norma mais benéfica para o trabalhador, que é preponderante no direito do trabalho, e deixam para a negociação decidir sobre os direitos. A reforma também enfraquece os sindicatos e praticamente acaba com a Justiça do Trabalho, eliminando os instru-

mentos de defesa do trabalhador.

O governo tenta nos convencer de que o trabalhador terá condições de sentar numa mesa de negociação com o patrão para discutir direitos, como jornada, segurança, saúde e salários. Porém, a realidade em que o trabalhador brasileiro vive é bem diferente. Sabemos que trabalhadores são intimidados em dias de greve e são perseguidos quando se sindicalizam ou participam de protestos organizados pelos sindicatos.

As negociações só existem, de fato, em categorias fortes e com sindicatos representativos e atuantes. Sem o sindicato, não existe negociação.

O artigo que trata do “negociado sobre o legislado” é bastante amplo e deixa vulnerável inúmeros direitos que hoje são garantidos aos trabalhadores, como jornada de trabalho, piso da categoria, enquadramento de insalubridade, participação nos lucros e resultados, representação no local de trabalho, dentre outros.

“Com a aprovação da livre negociação sem que a norma mais benéfica tenha prevalência, o trabalhador fica completamente desprotegido. A empresa poderá reduzir direitos e adotar as suas políticas de redução de benefícios sem que possamos recorrer à Justiça do Trabalho”, explica Elaine D’Avila Coelho, assessora jurídica do Sindicato. A advogada salienta que “não há equivalência de força entre trabalhador e empresário, portanto, não existirão negociações, mas imposições”.



# Desmonte promovido por Temer inclui Justiça do Trabalho

**Novas regras dificultam o acesso do trabalhador à Justiça e transferem custos da ação para o trabalhador, inviabilizando qualquer ação trabalhista**

O desmonte da legislação trabalhista acaba também com a Justiça do Trabalho, uma vez que as novas regras dificultam muito qualquer ação trabalhista.

Hoje, o trabalhador que se sentir lesado em seus direitos tem até dois anos, após sua saída da empresa, para entrar com uma ação e pedir a reparação. Pelas novas regras, é ampliada a prescrição total, e o prazo passa a contar a partir da data do fato ocorrido. “Caso o traba-

lhador sofra algum tipo de assédio ou acidente de trabalho e continue ainda trabalhando na empresa sem abrir o processo, quando sair, pode ser que o tempo para a ação, nesse caso, de cinco anos do fato, já tenha expirado. Além disso, quando o trabalhador não encontrar bens da empresa para pagar o seu processo, passados dois anos, já não poderá mais executar a dívida, ainda que encontre bens dos sócios ou da empresa posteriormente”, explica Elaine D’Ávila Coe-

lho, assessora jurídica do Sindicato.

As novas regras permitem ainda a quitação anual das obrigações trabalhistas, mais uma forma de dificultar as ações posteriores e diminuir o passivo trabalhista, pois isso será feito durante a vigência do contrato de trabalho, quando o trabalhador está vulnerável diante da empresa.

A justiça, que hoje é gratuita para os trabalhadores que apresentarem uma declaração simples de insuficiência

de recursos, passa a ser paga. Para conseguir a gratuidade será preciso comprovar um salário inferior a 40% do limite máximo da previdência (R\$ 2.212,52). Se a ação necessitar de perito e o trabalhador perder a causa, terá que arcar com os honorários do perito, ainda que seja beneficiário da justiça gratuita. Aliás, no caso de perda da causa, terá que arcar também com os honorários do advogado da outra parte (empresa).

Os juízes do trabalho

só poderão se basear na lei escrita, ou seja, os julgamentos não poderão ser fundamentados nos princípios do direito, normas internacionais e outras fontes do direito que hoje são aplicadas. “Há muitas causas trabalhistas que são julgadas com base nessas fontes, não apenas na lei positivada. Isso engessar os juízes, que também ficarão vinculados ao direito civil, ainda que seja incompatível com os princípios fundamentais do direito do trabalho”, avalia Elaine.

## É o fim da carteira de trabalho e da aposentadoria



A liberação da terceirização para todas as atividades das empresas e a impossibilidade de o terceirizado requerer na Justiça do Trabalho o reconhecimento do vínculo, aliados a outros pontos desse desmonte que está sendo orquestrado pelo governo Temer, colocam fim ao trabalho formal, com carteira assinada, e a direitos como 13º salário, férias e FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço).

Além de liberar a ter-

ceirização, a reforma não estabelece a responsabilidade solidária das contratantes e não garante a isonomia de direitos e das condições de trabalho dos terceirizados, ou seja, o trabalhador terceirizado poderá exercer a mesma função de um contratado, porém, com salário menor. “É um ataque direto aos direitos adquiridos dos trabalhadores. Além de não dar garantias aos terceirizados, é uma ameaça aos que trabalham com

carteira assinada. Está claro que a intenção dos patrões é demitir os contratados e substituir por terceirizados”, explica Osvaldo Bezerra, coordenador geral do Sindicato.

O sindicalista lembra ainda que “com a liberação total da terceirização, muitas categorias profissionais correm o risco de desaparecer, e não haverá mais controle sobre a saúde e a segurança do trabalhador”.

Os terceirizados costumam ter jornada de trabalho maior e na maioria dos casos não recebem treinamento adequado, por isso estão mais sujeitos às doenças profissionais e aos acidentes de trabalho.

Paralelamente aos efeitos imediatos – demissões, rebaixamento de salários e perda de direitos –, há um efeito ainda mais devastador no médio e longo prazos, que é o impacto na previdência social. “Ao

contrário do que o governo gosta de dizer, a previdência não é deficitária. No entanto, com o fim do trabalho formal, a tendência é ter cada vez menos trabalhadores contribuindo com o sistema, aí sim, em pouco tempo, será o fim das aposentadorias”, explica Marilane Teixeira, assessora econômica do Sindicato e representante do Fórum em Defesa dos Direitos dos Trabalhadores Ameaçados pela Terceirização.